



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2025
1ª SESSÃO LEGISLATIVA, 18ª LEGISLATURA
22 DE AGOSTO DE 2025 (SEXTA-FEIRA), ÀS 9 HORAS
PLENÁRIO VEREADOR ANTENOR NARDOTTO

Aos 22 dias do mês de agosto do ano de 2025, às nove horas e vinte minutos, no recinto do Plenário Vereador Antenor Nardotto, na Câmara Municipal de Nova Venécia, situado na Avenida Vitória, nº 23, Centro, Município de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, aconteceu a Audiência Pública nº 2/2025, que dispõe sobre o Projeto de Lei nº 51/2025. A mesa da Audiência foi composta pelo presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento (CFO), o vereador João Junior Vieira dos Santos; a vereadora Regina Tosta Machado, membra da Comissão; o Prefeito Mário Sérgio Lubiana; o presidente da Câmara Municipal, Victor Cremasco Mendonça; o Secretário Municipal de Gestão, Edson Marquiori; e o Secretário Municipal de Planejamento, Farley Delabela. Também compuseram a mesa os servidores Romildo Antônio Ventorin, técnico legislativo, e Marilene Lima de Oliveira, designada Secretária ad hoc. Estiveram presentes, representando o Executivo do Município de Nova Venécia: Rômulo Delboni dos Santos, Secretário de Educação; Valdinei José Favero, Secretário de Administração; Adalto Ezidio, Secretário de Finanças; Anderson Merlin Salvador, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação; Celso Ruela Albino, Secretário Municipal de Saúde; Cristiano Sabadim Scello, Secretário de Meio Ambiente; Otamir Carlone, Secretário de Cultura; a servidora Sandra Capucho, representando a Secretaria de Assistência Social; e Diego Bastianello Feitosa, Secretário de Comunicação. Os vereadores Deneval Rocha, Eduardo Soares Cesana, Luciano Márcio Nunes, Marlon de Oliveira Galvão e Marcelo Neumann também compareceram à audiência pública. Também estiveram presentes os assessores parlamentares: Carlos Carvalho, Marcos Kennedy, Jaqueline Dadalto, Rafael Batista, Diego Vieira, Gabriel Céllia, Tatiane Leite, Vitória Camilo, Maila Fagundes e Jhon Martins. As demais pessoas presentes foram registradas na lista de presença. O Presidente da CFO e responsável pela condução da Audiência Pública nº 2/2025, o vereador João Junior Vieira dos Santos, saudou a todos os presentes e convidou as autoridades para tomar assento em seus respectivos lugares. Ato contínuo, o presidente declarou abertos os trabalhos da audiência pública com a finalidade de debater os assuntos relacionados ao Projeto de Lei nº 51/2025, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026. Para iniciar os trabalhos, o presidente designou a Sra. Marilene Lima de Oliveira para exercer a função de secretária ad hoc, nos termos do art. 9º, inciso I, do Decreto Legislativo nº 567/2013, para auxiliar nos trabalhos durante a audiência. Foi transmitido um pequeno vídeo institucional explicando ao público como funciona a LDO.



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



Após informar os presentes sobre a maneira que seria conduzida a audiência, quanto à forma de inscrição e o tempo estipulado para cada participante, o presidente solicitou ao Sr. Farley Delabela, Secretário Municipal de Planejamento, para fazer a explanação acerca do Projeto de Lei nº 51/2025. Farley parabenizou o vídeo institucional transmitido, afirmando que o vídeo dá um norte para quem ainda não tem conhecimento das peças de gestão e planejamento financeiro do município. Sobre a LDO 2026, o secretário fez um resumo sobre o Projeto nº 51/2025 com as seguintes explicações: o PPA tem vigência de quatro anos, de 2026 a 2029, e ainda está tramitando nesta Casa para aprovação. As demais leis, LDO e LOA, são aprovadas anualmente, ou seja, 2026, 2027, 2028 e 2029, cada ano uma lei, uma LDO e uma LOA, sempre compatibilizadas com as metas e programas do PPA. A LDO agora vai pautar as prioridades de 2026 e futuramente os outros anos. A LDO é um documento de planejamento de gestão e financeiro do município e tem respaldo legal na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), que fala sobre a obrigatoriedade da participação popular através da realização da audiência pública. A LDO também tem previsão no Art. 165, inciso II, da Constituição Federal, que deve estabelecer as metas e prioridades a serem cumpridas no exercício financeiro e orientar a estruturação do orçamento, com as exigências. Destacou que o Tribunal de Contas faz essa verificação, notificação, orientações e ajustes quando necessário. Dentro do Projeto de Lei nº 51/2025 está especificado que o município pode firmar convênios com vários entes da federação e também pode firmar parcerias, repassando ou recebendo recursos, com a obrigatoriedade de prestação de contas de aplicação dos recursos. No projeto também há a previsão de abertura de créditos orçamentários, que não podem ser com finalidade imprecisa, nem dotação ilimitada, e que não ultrapassem o exercício financeiro, devendo estar dentro do PPA. Além disso, consta no projeto, conforme a Constituição Federal, que o município deve aplicar minimamente 25% na manutenção do ensino e 15% nas ações de serviços de saúde. Dentro do Projeto nº 51/2025 há previsão de abertura de créditos suplementares, operações de crédito, com limite de 40% para abertura dos créditos, revisão de subsídios dos servidores, alteração da revisão tributária, fonte de arrecadação do município, e previsão dos riscos fiscais que fogem do controle, como epidemias e fatores externos imprevisíveis. Em seguida, o secretário leu o anexo III do projeto nº 51/2025, que trata das ações prioritárias. O presidente da CFO, João Junior, abriu para a participação popular, perguntando se havia inscritos, porém, não houve inscrições de interessados. Logo após, a palavra foi aberta às autoridades presentes. O vereador/presidente, Victor Cremasco, pronunciou-se afirmando que gostaria de ver mais pessoas presentes na audiência, ressaltando que isso é importante para entidades e associações, e sugeriu que o horário da audiência pode ter dificultado essa participação. O presidente da Comissão, João Junior, ressaltou que foram feitos vários convites para a audiência por diversos meios e que, ainda assim, a participação popular é pequena. Convidou os vereadores a ampliar a discussão sobre a possibilidade de mudar o horário da audiência. Logo após, cedeu a palavra ao vereador Marlon, que reforçou a importância da participação do povo nas audiências e reclamou sobre emendas que fez para o PPA que foram vetadas. O presidente João Junior sugeriu que o vereador Marlon ajudasse a mobilizar as pessoas para as audiências. O Sr. Farley explicou ao Sr. Marlon que as emendas foram vetadas por constarem incompatibilidades, conforme análise jurídica e do departamento legislativo. Minutos depois, Farley pediu a palavra novamente e disse que a equipe de Planejamento está à

João Junior



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



disposição para quaisquer emendas e para esclarecer as dúvidas que o Sr. Marlon possa ter. O presidente da CFO, João Junior, mencionou que a audiência estava disponível de forma online e se quer tinha uma pergunta de internautas e consultou a servidora do Departamento Legislativo, Isabela, sobre a possibilidade da próxima audiência ser realizada às dezenove horas. A Sr^a Isabela confirmou que sim. O presidente/vereador Victor Cremasco disse que indicou uma emenda dentro do PPA para um projeto na área do meio ambiente, sobre castração animal e vacinação, mas que foi vetada. Ele explicou que a proposta visava trabalhar a questão do bem-estar animal dentro da Secretaria de Meio Ambiente, pois as doenças dos pets, que podem afetar os seres humanos, estão ligadas à Secretaria de Saúde. Farley esclareceu que a questão do meio ambiente está vinculada ao programa federal Pet Vida, que exige que o repasse de recursos seja vinculado ao fundo do meio ambiente. A ação de zoonoses está dentro da vigilância sanitária, que está vinculada à Secretaria de Saúde, o que justifica o veto à emenda no PPA. Victor retornou dizendo que, quando se coloca um projeto no orçamento do PPA, está se falando diretamente de um investimento do município, e que a emenda visava abrir uma janela de empenho para a pasta do meio ambiente, no sentido de trabalhar o bem-estar animal. Ele solicitou que o município busque recursos e emendas para a Secretaria de Meio Ambiente cuidar desse tema, enquanto a Secretaria de Educação ficaria responsável pela conscientização da população. A palavra foi cedida ao vereador Marlon, que se dirigiu ao prefeito, afirmando que, como vereador, também quer ajudar no orçamento, e que este não pode ser engessado. O prefeito Mário Sérgio Lubiana explicou que esse momento de audiência é importante, pois o governo tem um orçamento, e que, independentemente da pasta, pode haver um programa que se encaixe em diferentes áreas. Ele mencionou que o município tem muitas demandas e que, embora nem tudo possa ser abraçado, pode ter um início, ressaltando que no próximo ano será possível destinar mais recursos para a causa animal, e que o assunto não sairá da pauta. O prefeito também informou que levará a questão para a discussão com os prefeitos da região norte, durante reunião marcada para aquele dia. O prefeito também comentou sobre a inconsistência nas emendas apresentadas por Marlon, mas garantiu que as propostas seriam avaliadas, e que buscará recursos federais e estaduais. A ideia de mudar o horário da audiência para melhorar a participação popular foi considerada excelente pelo prefeito. Em seguida, ele convidou a população para a festa da Cappitella, que contará com a presença do Governador e Vice-Governador, e informou que o Governador assinará convênios, com mais de 80 milhões em investimentos para a cidade. Farley reforçou sobre os vetos das emendas de Marlon e de outros vereadores, destacando que nada impede que essas emendas e novos projetos sejam incluídos no orçamento. Em outubro, o município protocolará o projeto de lei do orçamento e fará a revisão do PPA, discutindo as sugestões para o orçamento, que devem ser compatibilizadas com as metas do PPA. O secretário de Saúde, Celso Ruela, afirmou que, neste mês de agosto, setembro e até metade de outubro, haverá uma campanha de vacinação contra a raiva. Ele também mencionou que outras sugestões podem ser feitas em parceria com o consórcio e as secretarias. O presidente/vereador Victor indagou se a verba da Secretaria de Saúde poderia ser utilizada para o bem-estar animal, já que as ações da Secretaria de Saúde estão restritas à questão de zoonoses, sendo que as verbas são distintas. Não houve resposta. O secretário de Meio Ambiente Cristiano explicou que, em nome do prefeito, foi enviado um ofício para várias clínicas da cidade e para a Multivix, a fim de fazer um levantamento sobre os casos de



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



cinomose no município. Assim que os dados forem recebidos, será possível avaliar quais medidas adotar. O vereador Luciano Márcio fez uma reflexão particular sobre a ausência do público nas audiências públicas, apontando que isso é reflexo do descrédito que parte da população tem em relação à classe política ao longo dos anos, afirma acompanhar todas as proposições e que a base do vereador é fiscalizar, votar de acordo com o interesse público e reforçou a importância de mudar o horário da audiência para uma maior participação popular. O presidente da CFO, João Junior, não concordou com a opinião do vereador Luciano, mencionando que acredita que a ausência das pessoas se deve ao horário de trabalho. O vereador Eduardo Cesana, afirmou seu interesse pela saúde, colocou-se à disposição para o que for necessário e sugeriu que fosse feito um estudo sobre um rodízio de servidores no Centro de Saúde para aumentar os atendimentos à população. O vereador Deneval Rocha mencionou que recebe muitas demandas nas áreas de saúde e educação e também expressou o desejo de ver mais pessoas nas audiências. O presidente da CFO, João Junior, respondeu ao vereador Deneval que irão mudar o horário das audiências para tentarem aumentar a participação popular. O secretário de Educação, Rômulo Delboni, convidou a todos para o desfile cívico do dia 7 de setembro, com participação de 100% das escolas, e expressou satisfação em ouvir dos vereadores que a educação é uma prioridade, destacando a importância da valorização dos profissionais da educação e do orçamento destinado à área. O secretário de Meio Ambiente Cristiano anunciou o retorno da Associação de Catadores (ASCANOV) e convidou os vereadores a conhecerem o trabalho realizado. Também informou sobre a contratação da FEST para revisão do plano de saneamento básico e o estudo de arborização do município de Nova Venécia. O prefeito, por sua vez, informou que está reiniciando um projeto de turismo com vários pontos de investimentos e convidou os vereadores a levarem o tema turismo para os debates e buscarem recursos. O presidente/vereador Victor explicou sobre a Associação de Catadores, que teve o seu planejamento preparado há dois anos, na gestão passada, a qual fez parte, e parabenizou o atual prefeito por continuar o projeto, que estava quase finalizado. Terminados os pronunciamentos e não havendo participação popular presente e nem online, o presidente da CFO, João Junior, passou à fase conclusiva da audiência pública, informando que o prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 51/2025 está reaberto e vai até o dia 05 de setembro de 2025. Não havendo mais nada a tratar, o presidente deu por encerrada a Audiência Pública nº 2/2025, às dez horas e cinquenta e oito minutos. A audiência teve como pauta a discussão a respeito das matérias tratadas no Projeto de Lei nº 51/2025, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026.

JOÃO JUNIOR VIEIRA DOS SANTOS

PresidentedaComissãoPermanente de Finanças e Orçamento (CFO)

Vereador pelo PRD

MARILENE LIMA DE OLIVEIRA

Secretária *ad hoc*